

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 07/Jul



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2599/2021



DISTRITO FEDERAL

MPT processa Brasfort e GDF por demitir cerca de 200 empregados do grupo de risco para COVID-19



SINDESV-DF

Liminar da Justiça Trabalhista proíbe novas demissões e determina pagamento de aviso prévio e de multa de 40% do FGTS aos trabalhadores desligados

De julho de 2020 a março de 2021, cerca de 200 vigilantes foram desligados da Brasfort Empresa de Segurança Ltda. pela única razão de pertencerem ao grupo de risco para COVID-19, não podendo, em momento anterior à vacina, exercer as atividades presenciais.

A empresa não nega as demissões, mas justifica afirmando que seus contratantes – em

sua maioria órgãos governamentais – exigiam que o trabalho não fosse exercido, em nenhuma hipótese, por empregados do grupo de risco.

Segundo a empresa, em 17 de julho, foi necessário a readequação do quadro de pessoal à ‘nova realidade’ e se ‘tornou inviável a manutenção deste enorme custo financeiro’.

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Distrito Federal (SINDESV-DF) denunciou a situação ao Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), que iniciou a investigação sobre o caso.

Somente o contrato com a Secretaria de Economia do Distrito Federal (SEPLAN-DF) resultou em 111 demissões, o que motivou a convocação da Secretaria para esclarecimentos. Em resposta, ao MPT, a Secretaria informou que “tomou precauções no sentido de proteger o emprego e a renda dos trabalhadores das empresas terceirizadas do Distrito Federal, adotando a premissa de sobrestar qualquer aplicação de glosa relativa ao afastamento de trabalhadores do grupo de risco decorrente da COVID-19”.

Em setembro de 2020, a Secretaria afirmou que teria elaborado e encaminhado ao governador do Distrito Federal, minuta de Decreto que dispõe sobre “autorização de medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestações de serviços continuados celebrados com a Administração Direta e Indireta do Distrito Federal durante todo o período de calamidade pública”.

No entanto, até novembro de 2020, o Decreto não havia sido assinado e a Brasfort informou, mais uma vez, que não poderia realocar os trabalhadores demitidos. Somados os contratos, foram 196 demissões, sendo 143 classificadas como “demissão por força maior” e 53 por meio de acordos individuais firmados com os trabalhadores, todos eles integrantes do grupo de risco.

Para a procuradora Paula de Ávila e Silva Porto Nunes, o cenário é de flagrante demissão discriminatória, “na medida em que foram desligados empregados integrantes do grupo de risco para a COVID-19, que deveriam ficar afastados das atividades laborais presenciais durante a pandemia –, fato este que também enseja indenização por dano moral coletivo”.

Ela também critica o Governo do Distrito Federal, a quem cobra responsabilidade subsidiária, pois apesar de ciente da conduta da empresa, nada fez em relação às demissões realizadas. Segundo a procuradora, o GDF foi

contraditório, ao afirmar “estar atento aos efeitos nefastos decorrentes da pandemia da COVID-19 e permitir que trabalhadores mais vulneráveis – integrantes do grupo de risco – continuem desempregados em um período extremamente delicado para o país”.

Para a procuradora, a Brasfort também falhou ao não utilizar as Medidas Provisórias nº 927 e 936 e por não buscar a discussão e a negociação coletiva com o sindicato da categoria.

Ademais, com a alegação de ‘força maior’ e com a assinatura de acordos individuais, a empresa reduziu o pagamento das verbas rescisórias, minimizando seus custos em detrimento dos trabalhadores demitidos.

Decisão Judicial:

A procuradora Paula de Ávila cobrou, na Justiça Trabalhista, a proibição de novas demissões tão somente com base na idade e por motivo de doença, além de requerer a reintegração dos empregados demitidos ou a indenização em dobro pelo período de afastamento. Ela também pediu a declaração de nulidade de todos os termos de acordos individuais celebrados.

Sucessivamente, pediu o pagamento do aviso prévio e a diferença de 20% para todos os demitidos por “força maior” ou que assinaram acordos individuais.

A juíza Adriana Zveiter deferiu, em caráter liminar, o pagamento de 20% da multa fundiária e aviso prévio para todos os empregados que fizeram acordo individual. Ela também proibiu a Brasfort de realizar novas demissões de empregados pertencentes ao grupo de risco da COVID-19.

Os demais pedidos serão analisados após a manifestação da empresa.

Processo nº 0000483-76.2021.5.10.0006

Fonte: MPT – Ministério Público do Trabalho no DF e no TO

PAGAMENTO DE PROCESSO – EGV/SERPRO: CHEQUE PARA MAIS UM COLEGA EX-EGV E DOIS PROCURADOS



Duzentos Ficou pronto e já está disponível nesta quarta-feira, 7, o cheque para mais um colega ex-EGV que atuava no contratante Serpro. Conquista num processo de 2009 conduzido pelo Sindicato.

Neste processo tem somente um colega. Parabéns!

PROCURADOS – Também listamos mais dois colegas desta mesma empresa, com crédito no Sindicato, mas não localizados. Precisamos

RIO GRANDE DO NORTE

Com responsabilidade e transparência Sindsegur avança na aquisição de espaço para área de lazer do sindicato



Com objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida aos seus filiados, o Sindsegur com responsabilidade e transparência está dando mais um grandioso passo na história da nossa entidade, a aquisição do espaço para área de lazer do nosso sindicato.

Mais um patrimônio que será adquirido com a contribuição dos sindicalizados do nosso

achá-los e para isto a ajuda de todos é importante.

Se tiver notícias deles, avise-os e recomende que entrem em contato com o Sindicato.

Para todos, fundamental terem em mãos o original e copia dos documentos: RG, CPF, nº PIS, Prova de Residência e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato EGV).

É luta!

É conquista para quem tem fé na luta!

É Sindicato de luta, se pelego, sem patrão!

Confira os nomes:

PROCESSO 44300.2009.39

SINDVIGILANTES/BA X EGV/SERPRO

• **ROBERTO SILVA DE SOUZA**

PROCURADOS:

• **PAULO DOS SANTOS DE OLIVEIRA - EGV/DESEMBAHIA**

• **JORGE LUIZ PAIVA DE SOUZA - EGV/CODEVASF**

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

sindicato. Essa conquista nada mais é do que o fruto da luta, trabalho e dedicação da diretoria do nosso sindicato com apoio dos associados. Em breve toda categoria poderá usufruir de mais este espaço.

Em 10 anos de história o Sindsegur vem garantindo conquistas históricas para os vigilantes, como o fim do vigilante júnior, o ticket alimentação, ganhos salariais, entre tantos outros avanços que tem valorizado a nossa categoria.

A concepção de sindicato classista com foco nas lutas políticas dos seus filiados permanece. Mas também é importante a incorporação de outras demandas, como a luta pela qualidade de vida dos trabalhadores.

FONTE: sindsegur

INSS alerta sobre golpe envolvendo revisões de benefícios

Instituto afirma que golpistas têm abordado beneficiários para tentar obter dados pessoais. Veja as orientações de segurança



O INSS listou cuidados e dicas de segurança para os segurados
REPRODUÇÃO/INSS

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) identificou tentativas de golpes envolvendo revisões em alguns benefícios para tentar obter dados pessoais dos segurados. As abordagens podem ocorrer por carta, e-mail, telefonema ou mensagem de celular, segundo o instituto.

Para evitar o problema, o INSS listou cuidados e dicas de segurança para os segurados. O instituto informa que nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos.

Caso o segurado tenha sofrido um golpe,

a orientação é registrar um Boletim de Ocorrência e comunicar aos órgãos envolvidos (por exemplo, o próprio INSS e o banco em que recebe o benefício, se for o caso). A vítima também deve denunciar tentativas de golpes à Ouvidoria pela internet, em <https://falabr.cgu.gov.br/>, ou pelo telefone 135.

Para evitar cair em golpe

- Mantenha sempre atualizados os dados de contato, como telefone, e-mail e endereço. Isso deve ser feito pelo Meu INSS ou pelo telefone 135;

- Caso alguém faça qualquer comunicação pedindo dados ou fotos em nome do INSS, não atenda a solicitação, desligue a ligação e bloqueie o contato;

- O INSS nunca entra em contato direto com a pessoa para solicitar dados, nem pede o envio de fotos de documentos;

- O número do SMS usado pelo INSS para informar os cidadãos é 280-41. O INSS nunca manda links nem pede documentos pelo SMS;

- Sempre que o INSS convoca o cidadão para apresentar documentos, essa convocação fica registrada no Meu INSS e pode ser verificada também pelo telefone 135;

- A pessoa deve utilizar apenas os canais oficiais de atendimento para cumprir qualquer solicitação do INSS, seja para agendar um serviço, seja para entregar algum documento: aplicativo/site Meu INSS ou agência da Previdência Social (com agendamento);

- Quando alguém liga para o telefone 135 ou é atendido pelo chat Helô, o atendente pode pedir algumas informações. Esse é um procedimento de segurança para confirmar a identidade de quem telefonou ou acessou o chat.

Veja quais são as revisões do INSS

Revisão administrativa

Na revisão administrativa, o INSS está notificando os beneficiários apenas por carta enviada para o endereço cadastrado nos sistemas. Se a pessoa não for localizada, a notificação ocorre por publicação no Diário Oficial da União.

Quem for convocado a apresentar documentos para regularizar o benefício deve usar os canais oficiais de atendimento: Meu

INSS (site ou aplicativo para celular) ou as agências da Previdência Social (nesse caso, sempre mediante agendamento, via Meu INSS ou 135).

Revisão de auxílio por incapacidade temporária

A revisão de auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) vai começar em agosto. As convocações poderão chegar por carta, notificação do banco pagador, e-mail ou publicação no Diário Oficial da União.

Em todos os casos, o beneficiário sempre deverá agendar a perícia médica revisional por um dos canais oficiais de atendimento remoto: Meu INSS (site ou aplicativo para celular) ou telefone 135.

Revisão do BPC (Benefício de Prestação Continuada)

O INSS realiza avaliação administrativa do BPC (Benefício de Prestação Continuada) desde 2019. Neste trabalho, o órgão analisa se a pessoa que recebe o BPC possui outras fontes de renda oficiais que a tornem inelegível ao benefício. Quando um caso de renda incompatível com o BPC é identificado, inicia-se um processo de averiguação junto ao segurado, que terá prazo para defesa. Se após a análise o benefício for cessado, o segurado ainda terá direito a recurso.

Nessa revisão, as convocações poderão chegar por carta ou publicação no Diário Oficial da União.

Quem for convocado deve usar os canais oficiais de atendimento: Meu INSS (site ou aplicativo para celular) ou as agências da Previdência Social (**nesse caso, sempre mediante agendamento, via Meu INSS ou 135**).

FONTE: R7

Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprova indicados para o TST

Sessão ocorreu na tarde desta segunda-feira (5). Indicação segue agora para análise pelo plenário do Senado, ainda sem data prevista. Caso seja aprovado por maioria absoluta, será nomeado pelo presidente da República Jair Bolsonaro



O Em sessão de sabatina realizada nesta segunda-feira (5), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou por 20 votos a favor a indicação do procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Alberto Balazeiro, para a vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foi registrado um voto em branco e uma abstenção. A indicação segue agora para análise pelo plenário do Senado, ainda sem data prevista. Em caso de aprovação por maioria absoluta, Balazeiro será nomeado pelo presidente da República Jair Bolsonaro.

Durante a sabatina, o procurador-geral do MPT apresentou aos senadores sua experiência na carreira jurídica e explicou como sua trajetória poderá contribuir para o cargo de ministro do TST. Balazeiro destacou sua atuação na advocacia pública e privada, na Escola

Superior do MPU e como integrante do MPT, em especial nos cargos de procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e procurador-geral da instituição. “Ressalto que essa é a tônica de atuação que acredito mais adequada: a tônica do equilíbrio, do diálogo, da ponderação e do resguardo do papel das instituições. Afirmo, assim, que a defesa ativa da Constituição e de seus valores é feita exatamente com respeito aos limites constitucionais impostos e a valorização dos poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário”, disse.

Na mesma sessão, também foi aprovada a indicação do desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS), Amaury Rodrigues Pinto Junior, para vaga de ministro do TST.

FONTE: MPT

Correios querem congelar salários dos trabalhadores apesar de lucro de R\$ 1,5 bi

Categoria fará assembleias a partir desta quarta até sexta-feira e ato em BSB, dia 13. Fentect recomenda a rejeição à proposta da empresa

ALEX CAPUANO



Em meio ao processo de desmonte para privatizar os Correios, a direção da empresa decidiu congelar os salários e benefícios dos trabalhadores e das trabalhadoras, oferecendo reajuste zero, sem sequer a recuperação da inflação do último ano de 7,75%. A empresa quer manter as cláusulas coletivas, julgadas no ano passado, e bancos de horas.

Para tentar convencer a categoria que os Correios estão deficitários, e que não poderia atender a reivindicação dos sindicatos de

reposição inflacionária mais aumento real de 5%, a direção fez manobras contábeis em uma apresentação estapafúrdia sobre a saúde financeira da ECT, quando na verdade vem auferindo lucros bilionários, chegando a R\$ 1,5 bilhão em 2020.

“A proposta do congelamento de salários será analisada em assembleias dos trabalhadores em diversos estados, a partir desta quarta-feira (7) até sexta-feira (9). Os sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em

Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), propõem rechaçar a esta proposta indecente”, diz o secretário de comunicação da Fentect, Emerson Marinho.

Um ato presencial contra a proposta da empresa está marcado para o próximo dia 13 (segunda-feira), com concentração a partir das 10 horas da manhã e início às 10:30h, em frente à sede dos Correios, em Brasília. A Fentect ainda organiza outras atividades permanentes, com um calendário de lutas a ser divulgado.

Em nota, a Fentect diz que a verdade é que a cada dia, a empresa vem aumentando sua capacidade de lucro às custas dos trabalhadores que vêm sofrendo com a sobrecarga do serviço.

“O governo Bolsonaro e seu vassalo Floriano Peixoto, presidente dos Correios, tentam baixar a auto-estima dos trabalhadores e tentam impor a narrativa que a ECT precisa ser privatizada para melhor atender a população. Isso é mais um engodo. Na verdade, eles querem entregar as empresas públicas para o capital privado a preço de banana apenas para atender a sanha privatista do ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, que tem como missão acabar com Estado brasileiro, para que não seja mais indutor de políticas públicas e de desenvolvimento social e econômico”, diz trecho da nota.

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Centrais exigem auxílio emergencial de R\$ 600 mensais até o fim da pandemia sociais e oposição

Centrais sindicais apontam que Bolsonaro sentiu a pressão das ruas ao prorrogar auxílio emergencial por mais três meses, mas dizem que valor é insuficiente para atender a população



As Centrais Sindicais exigem que o auxílio emergencial seja de 600 reais mensais até o fim da pandemia e para todos e todas que precisam.

Em nota, as centrais dizem que o governo Bolsonaro, ao anunciar a prorrogação por prazo e valor insuficientes, nesta segunda-feira (05/07), mostra ter sentido a forte pressão do

movimento sindical, no Parlamento e nas ruas, pelos 600 reais.

Convenientemente, o presidente usa o anúncio da prorrogação do auxílio de apenas 250 reais por três meses para esconder denúncias de corrupção que atingem seu governo e trazem à tona seu próprio nome em casos de prevaricação em contratos para a compra de vacinas, em meio às revelações da CPI da Covid. Assim, Bolsonaro usa a miséria, para a qual empurrou a população mais vulnerável, para encobrir a profunda crise que atinge seu mandato genocida.

Enquanto os países que têm superado a pandemia e a crise econômica fazem a opção pela expansão monetária, oferta de crédito aos negócios, garantia do auxílio, seguro desemprego, taxaço dos ricos, no Brasil, o auxílio tem sido usado pelo governo como moeda política e eleitoral.

O auxílio emergencial de 600 reais que vigorou entre abril e agosto de 2020 foi uma conquista do movimento sindical e dos partidos de oposição, que evitou a fome para quase 70 milhões de brasileiros.

Bolsonaro mostrou todo seu descompromisso com o bem-estar do povo e o desenvolvimento do país quando, em setembro de 2020, cortou pela metade o valor do auxílio e, em 2021, além de ter demorado a retomar (o auxílio ficou suspenso por quatro meses), quando o fez determinou o valor irrisório de R\$ 250,00 e para menos pessoas.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Tais manobras não nos enganam e não vamos esmorecer! A pressão seguirá cada vez mais forte, alimentada pelas mobilizações nas ruas, nos locais de trabalho e no Parlamento pelos os 600 reais mensais até o fim da pandemia, para todos e todas que necessitam.

Assinam a nota:

Sérgio Nobre, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT

Miguel Eduardo Torres, presidente da Força Sindical – FS

Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT

Adilson Gonçalves de Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Antônio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB

José Reginaldo Inácio, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST

Ubiraci Dantas Oliveira, presidente da CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil

Atnágoras Lopes, Secretaria Executiva Nacional da CSP – Conlutas

Edson Carneiro Índio, Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

Emanuel Melato, Coordenação da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora

José Gozze, presidente – Pública Central do Servidor.

FONTE: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF